

Pensar a complexidade da *relação social**

Danièle Kergoat**

Resumo:

Neste artigo, a autora examina como são produzidas as categorias sociais. Ela busca analisar as relações de poder que estão por trás desta produção, ou seja, os fluxos denominados relações sociais (*rappports sociaux*): da gênese à utilização atual do termo relações sociais de sexo. O que a interessa é compreender a historicidade das relações sociais. Por exemplo, pode-se ainda falar de “classe operária”, no singular, ou é melhor abordar as “classes populares”, no plural?

Palavras-chave: relações sociais; historicidade dos conceitos; relações sociais de sexo; Sociologia.

Thinking About the Complexity of Social Relations

Abstract:

In this article, the author exams how social categories are produced. She seeks to analyze the power relations behind that production or, in other words, the flows known as social relations (*rappports sociaux*): the genesis and current utilization of the term social relations of sex. What interests her is to understand the historicity of social relations. For example, can we still talk about the “working class” in the singular, or is it better to talk about the “popular classes” in the plural?

Keywords: social relations; historicity of concepts; social relations of sex; Sociology.

Para compreender a história do conceito de *relações sociais* [*rappports sociaux*]¹, partimos da seguinte hipótese: trata-se de um conceito original; pertencente à história do pensamento e da sociedade modernos, constituídos depois de 1800 e dos acontecimentos da Revolução Francesa; em outras palavras, ele expressa uma forma de teorização do social, ligada à emergência de um novo tipo de sociedade, na qual há espaço, justamente, para as ‘*relações sociais*’ (Macherey, 1992, p. 25).

* Traduzido do original (em francês) por Renata Gonçalves. Revisão de Maíra Kubik.

** Doutora em Sociologia. Diretora emérita de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris, França. End. Eletrônico: daniele.kergoat@wanadoo.fr

¹ A tradução usual de “rapport” para o português é “relação” social (de classe, “raça”, sexo etc.). Em francês, “rappports” tratam das ligações estruturais da sociedade, em nível macro, enquanto a expressão “relations”, que em português também é traduzida por “relações”, diz respeito às interações cotidianas, em nível micro. Para distinguir um termo do outro, optamos por utilizar *relações sociais* (em itálico) toda vez que a autora se referir a “rappports sociaux” e, quando se fizer necessário para melhor compreensão de nossos/as leitores/as, além do itálico, inseriremos o termo entre colchetes: [rapport]. (Nota da Tradutora).

As linhas acima retomam o primeiro parágrafo de um artigo de Pierre Macherey (1992). Sem dúvida, a hipótese pode ser contestada, ainda que possua um duplo mérito: 1) propor uma gênese do conceito e situá-lo intelectualmente na história; 2) relacioná-lo a um contexto social particular, o dos anos 1820-1830, isto é, um momento de intensa transformação social quando “a unidade da sociedade começa a se tornar um problema” (1992, p. 25).

O texto, escrito em 1992, é perfeitamente apropriado para a introdução deste artigo. Se existe um fato com o qual todos concordam é a atual fragmentação de instituições, grupos e até mesmo de identidades. O conceito de *relação social* deveria, portanto, estar em destaque, pois é operacional para refletir sobre a desordem do mundo. Mas não é o que ocorre. É certo que nos referimos (às vezes) a Marx, mas as conceituações feitas por autores como Godelier (1984), Arliaud (2009)², Freyssenet (2015)³, Zarifian (1996)⁴, assim como as que eu e, provavelmente, muitos outros fazemos são raramente discutidas. Isso é verdade para a sociologia e também para os estudos de gênero⁵, que abrangem um amplo espectro, da sociologia à literatura passando pela linguística.

Estes últimos são essencialmente impactados pela interseccionalidade, convocando-a com frequência e permanecendo cautelosamente em uma imprecisão artística. Ora, temos mesmo certeza de que a discriminação evocada (religião, classe, deficiência, sexualidade, casta etc.) se refere a uma “*relação social*”, cuja natureza (sociológica) seria a mesma? E podemos dizer que cada *relação social* (a relação de geração ou a relação de “raça”, por exemplo) é estruturante e potencialmente subversiva com a mesma intensidade em todas as culturas e sociedades, a qualquer hora e em qualquer lugar? E mais: é simplesmente estruturante para certas sociedades? E bem poucos se perguntam se a litania das *relações sociais* de gênero/ raça/ classe tem alguma lógica interna (do ponto de vista da Sociologia, é claro). Será que esses termos têm o mesmo conteúdo, a mesma história, mantêm entre si a mesma *relação*, dependendo da sociedade a que nos referimos: à americana, à indiana ou à francesa? No século XIX ou no XXI?

² Para Michel Arliaud (2009, p. 118), compreender as *relações sociais* é compreender a “estrutura para dizer tudo”.

³ “As relações sociais geram sua própria realidade e as categorias de entendimento que as acompanha. A dominação de uma relação social sobre as outras se manifesta em particular pela universalização e naturalização de sua realidade e de suas classificações. As relações sociais são, de fato, diferentes formas de se conviver” (Freyssenet, 2015, s/p.).

⁴ “Chamo de relação social, um confronto socializante” (Zarifian, 1996, p. 63).

⁵ Observe-se, no entanto, que trabalhos importantes foram realizados, mas apenas no tocante às *relações sociais de sexo*. A este respeito, ver Nicky Le Feuvre (2010) e Anne-Marie Devreux (1986; 2004).

Para além disso e de forma simultânea, mas desta vez no nível da linguagem profana, é devido à evolução da sociedade francesa e dos estudos académicos que caíram relativamente em desuso. Se ainda é empregado, é justamente porque seu potencial subversivo foi abandonado pelo caminho. Assim, o termo “relações de classe” desaparece pouco a pouco de tão ligado à luta de classes que, graças à influência da ideologia neoliberal, se tornou uma palavra em desuso, cujo charme obsoleto não faz mais do que evocar o século passado e a estética stalinista. Observa-se, no entanto, que para os patrões e as “elites” políticas a consciência de classe não se enfraqueceu, como testemunham os trabalhos de Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (2019) e, sem dúvida de forma mais anedótica e um tanto quanto significativa, tem a famosa descrição de Emmanuel Macron, ao inaugurar a Estação F em Paris: “uma estação de trem é um lugar onde se cruzam pessoas bem-sucedidas e pessoas que não são nada” (29 de junho de 2017) ou mesmo esse grito de Jean-Eric Schoettl, conselheiro de Estado que, em janeiro de 2019, qualifica o movimento dos Coletes Amarelos como “recaída em uma forma primitiva da luta de classes.” (Halimi; Rimbart, 2019, p. 9).

Quanto ao termo “*relações sociais de sexo*”, hoje ele é amplamente substituído pelo termo asséptico de “gênero”, sendo que a maioria de seus usuários franceses garante que a palavra “gênero” inclui a expressão “*relações sociais de sexo*”. O que até poderia ser. Mas é seguro que seja assim a cada utilização do termo? E funciona do mesmo modo para cada pessoa ou palestrante que o utiliza (pensemos nas ONGs, por exemplo)? Da minha parte, sexo, gênero, diferença de sexos, *relações sociais de sexo* não são intercambiáveis. É necessário concordar sobre definições mínimas dos termos usados e se debruçar um pouco acerca de seus usos e de suas funções. As “*relações sociais de sexo*” referem-se a uma terminologia especificamente francesa (sobretudo porque “*relação*” [*rapproch*] é intraduzível em inglês, espanhol, russo, português etc., a não ser pelo uso do termo “relação”, que tem um significado completamente diferente em francês)⁶. Algumas vezes, o termo é considerado desagradável e talvez sem graça. Porém, ele continua essencial, pois se “gênero” designa o sistema que organiza a diferença hierarquizada entre os sexos, a noção de *relação social* permite pensar sobre a dinâmica desse sistema. A meu ver, os dois termos são úteis, mas não intercambiáveis.

Agora, me volto às *relações sociais de raça*. O uso frequente de aspas para as palavras raça, racializado/a, racialização demonstra o embaraço⁷ em que mui-

⁶ Ver nota 1 [N.T.].

⁷ Foi assim que a Rede Temática 24 (RT24) da Associação Francesa de Sociologia (AFS), com o título inicial “Trabalho (produtivo e reprodutivo), *relações sociais*, *relações de gênero*”, quis em 2004 mudar esta última. A disputa (no sentido escolástico do termo) foi acirrada entre aqueles/as que preferiam “Gênero, classe, raça” e os/as que queriam “Sexos, gênero e sociedades”. O primeiro venceu. Atualmente, RT24 = “Gênero, classe, raça. *Relações sociais* e construção da alteridade”.

tos/as pesquisadores/as franceses/as mergulharam⁸, apesar das precauções de linguagem adotadas. No entanto, são amplamente utilizadas hoje em dia, mas poucos se perguntam se a litania *relações sociais* de gênero/de raça/ de classe tem alguma lógica interna, seja do ponto de vista da sociologia, da história ou da análise comparativa entre países. E, a propósito, me coloco entre as pioneiras. Dado meu passado de militante, anti-imperialista, antirracista e anticolonialista, e os compromissos durante a Guerra da Argélia, “naturalmente” adotei “*relações de raça*” quando esse termo apareceu na França, com um toque de culpa por não ter feito isso antes. Foi apenas nos últimos anos que o recoloquei em questão, não obviamente sobre o que ele aponta, o racismo, mas sobre a capacidade heurística que lhe é atribuída e que, a meu ver, está muitas vezes no registro do performativo.

Então, o que me interessa são os processos pelos quais as categorias “raça”, “sexo/gênero”, “classe” são produzidas. Portanto, não se trata de uma sociologia da dominação, por mais respeitável que esta seja, é uma sociologia inteiramente sustentada pela questão da emancipação. Trata-se de uma sociologia resolutamente não determinística: não acho que tal *relação social* produza sempre os mesmos efeitos nem induza às mesmas práticas.

O que me interessa, portanto, é entender como são produzidas as categorias e as relações de poder que estão por trás delas (esses fluxos que eu chamo de “*relações sociais*”). O que também me interessa é a historicidade destes. Por exemplo, pode-se ainda falar de “classe trabalhadora” (no singular) ou deve-se dizer “classes populares” (no plural)? E se houver um deslize, o que isso implica em termos do cruzamento raça-gênero-classe? A verdadeira questão para um/a sociólogo/a passa a ser: com quais ferramentas? Quais epistemologias? Sem querer ser o ou a melhor, mas se questionando: para tal pergunta ou tal situação, quais são as ferramentas mais eficazes?

As relações sociais são hierárquicas?

Apresentarei um percurso de pesquisa pessoal, inteiramente sustentado pela questão da emancipação. Não o apresento porque é exemplar ou particularmente interessante, mas porque me levou a (me) fazer questões que me parecem ter o status de perguntas necessárias. É certo que as respostas a essas perguntas diferem. Mas, como dizia Deleuze (1990), são as perguntas, e não as respostas, que são importantes para o avanço da reflexão. Ainda assim é preciso fazer as boas questões. Eu me esforcei. Cabe à leitora e ao leitor julgarem. E também de

⁸ Digo “francês” porque em muitas sociedades (penso nos Estados Unidos, México, Brasil), a palavra raça não tem a conotação estigmatizante que possui na França.

fazerem o julgamento quanto à validade das definições não canônicas que dou a muitos termos – classe, *relação* de produção, trabalho etc.

Antes de passar à definição e organização dos princípios que orientam a *relação social*, farei uma pergunta que, para mim, é muito importante e cuja resposta permite (em minha opinião) eliminar uma série de mal-entendidos. Essa pergunta se refere a uma frase que escrevi em 1984⁹: “Recuso-me a hierarquizar as *relações sociais*; para mim não há *frente principal* nem *inimigo principal*. Uma *relação social* não pode ser mais viva que outra. É ou não é.” (Kergoat, 2012, p. 89).

Essa frase, com frequência retomada por outros, obviamente deve ser colocada em seu contexto político (a afirmação consistia em contestar tanto a hegemonia da relação capital/trabalho como também a designação de um “inimigo principal”). Durante anos, revirei essa proposição na minha cabeça: certamente, seria improvável decidir no lugar dos atores sociais qual *relação social* lhes é mais viva que outra, o que contestam (ou “deveriam” contestar) como prioridade em uma ou outra luta. Nesse sentido, sim, todas as *relações sociais* de dominação têm igual importância, todas as revoltas contra a ordem estabelecida são legítimas. No entanto, pode-se argumentar que, na sociedade francesa, a *relação social* ligada à deficiência, por exemplo, por mais vital que seja para alguns/algumas, será que tem a mesma capacidade explicativa, o mesmo potencial de produção da sociedade, o mesmo poder subversivo que, por exemplo, tem a *relação social de sexo*? Em resumo, me vi em plena contradição: escrevia, pensava em tudo e no seu oposto.

Trabalhei para ultrapassar essa aporia. Afirmo, antes de tudo, que frequentemente a mesma palavra, “*relação social*”, é utilizada para analisar atividades intrinsecamente diferentes: a das práticas de contestação e a da atividade científica. A noção de prática social é a mediadora necessária para observar concretamente a ação das *relações sociais* (que são abstratas) e sua implementação pelos atores sociais. Estes priorizam as *relações sociais* de acordo com suas estratégias coletivas ou identitárias. Porém, seria perfeitamente ilegítimo hierarquizá-las no nível teórico, pois equivaleria a estabelecer uma hierarquia com um objetivo universalizante entre eles. O que não faria sentido algum, pois uma *relação social* fundamental para uma sociedade é secundária para outra, como a idade e a geração entre os Baruyas da Nova Guiné (Godelier, 1982), as castas na Índia, a nacionalidade em Riad e Dubai (Le Renard, 2018); não são operacionais ou, em todo caso, não da mesma maneira ou com a mesma potência que têm na França. Em suma, se podemos avançar com a hipótese de que existem *relações sociais* em todas as

⁹ Aqui foi utilizada a reedição; ver Kergoat (2012). A publicação original pode ser encontrada em Barrère-Maurisson *et al.* (1984) e na versão brasileira Kartchevsky-Bulport *et al.* (1986) [N.T.]

sociedades, estas variam em força de acordo com as formações sociais e, até, na mesma sociedade, de acordo com o período histórico considerado.

A Sociologia pode ser um esporte de combate¹⁰, mas o ativismo, o melhor esporte de combate, não é a Sociologia

Se a abordagem científica pode e deve sequenciar as *relações sociais* para poder analisá-las, o mesmo não ocorre com a realidade e, particularmente, com a realidade das lutas, das resistências: é que as *práticas sociais* não são verdadeiras ou falsas, elas existem e são ambivalentes, ambíguas, contraditórias. Refiro-me a *práticas sociais* e não a *relações sociais*. Todas as lutas contra a dominação devem ser ativamente apoiadas. Ao menos potencialmente porque é impossível contestar de forma simultânea todas as *relações* de dominação, até porque os papéis de dominados e de dominantes são frequentemente intercambiáveis. É nesse sentido que se pode dizer que não há uma *relação social* mais importante que outra. Mais precisamente, cabe aos atores sociais e somente a eles decidirem, em uma perspectiva estratégica, qual *relação social*, aqui e agora, irão prioritariamente combater. Para os atores sociais que lutam pela emancipação e mesmo para os que não estão especificamente preocupados esta luta, a perspectiva estratégica pressupõe a obrigação de serem consistentes, solidários e conscientes de que outros objetivos da luta também fazem parte do processo emancipatório.

É bem diferente quando estamos no nível da teoria sociológica. É essencial que sejamos capacitados a partir dos desafios estratégicos e táticos da ação militante. Da minha parte, acho que nem todas as *relações sociais* têm o mesmo poder explicativo, nem todas as *relações* de dominação podem ser qualificadas como sistêmicas, nem todas têm o mesmo potencial subversivo.

Ora, parece-me que frequentemente há uma confusão entre esses dois níveis, ativismo e teoria, e às vezes há até um conluio político. Assim, os estudos franceses que reivindicam a interseccionalidade, em minha opinião, alinham com muita frequência as *relações* de dominação, afirmando que são construídas de forma simultânea e exigem, em nome do politicamente correto, que os estudos de Sociologia ou de Gênero façam o mesmo, sem se perguntarem se algumas não são mais poderosas que outras, se não exercem uma força maior e, portanto, se não seria cientificamente necessário distingui-las. Mais uma vez, não se trata de hierarquizá-las, mas em uma abordagem científica, pelo menos na minha, cabe distinguir com muito cuidado sua potencialidade e os métodos pelos quais são exercidas.

¹⁰ Ver Bourdieu (2001).

Em outras palavras, na medida do possível, devemos integrar, por exemplo, as lutas em torno da deficiência às lutas feministas. Isso não significa que, na análise sociológica, possamos dizer e agir como se a *relação social de deficiência* fosse equivalente à *relação social de sexo*.

No entanto, muitas outras questões permanecem sem resposta: a da subjetividade, a do conceito de classe social, a do poder heurístico de dois conceitos, a consubstancialidade e a interseccionalidade que, em minha opinião, com frequência são consideradas erroneamente como rivais. E isto quando não se afirmam conclusivamente que o primeiro é apenas um “copia e cola” do segundo¹¹. Aqui, abordarei apenas algumas das questões.

Relação social [*rapport*]¹², relação social

Abordarei primeiro o problema da **subjetividade**, que deve ser integrado ao raciocínio sociológico a partir do momento em que nos interessamos às práticas sociais. Obviamente, o que quer que os críticos do feminismo materialista possam dizer, a subjetividade é apreensível por este último. No entanto, desde que faça distinção clara entre *relação social [rapport]* e **relação social**¹³. Distinção preciosa oferecida pela língua francesa, diferente de muitas outras. A distinção é necessária no sentido filosófico do termo¹⁴. Como já disse e escrevi com frequência, as relações sociais são imanentes. Aparecem entre indivíduos e grupos concretos ao longo dos encontros. A *relação social [rapport]* ocorre antes e depois do encontro.

Essa distinção é importante porque permite fazer a triagem entre o que é imanente, o que aparece entre indivíduos concretos ao longo dos encontros e a *relação social [rapport]* que, por si só, é ao mesmo tempo posterior, contemporânea e anterior ao encontro. Ela é transcendente. As relações sociais podem devastar um indivíduo; mas nada fazem para mudar as relações [*rappports*] entre os grupos

¹¹ Assim, Amandine Gay (2015, p. 23) escreveu, no prefácio da edição francesa de *Ne suis-je pas uma mulher?*, de bell hooks: “(...) o conceito de ‘consubstancialidade’ – de proximidade confusa com o conceito de interseccionalidade – desenvolvido por Danièle Kergoat”. Uma simples verificação das datas pela autora teria mostrado a precedência, na França, do conceito de consubstancialidade.

¹² Até aqui foi possível utilizar *relações sociais* (em fonte itálica) toda vez que a autora se referiu a “*rappports sociaux*”, mas nesta parte em que ela aprofunda sua análise acerca da distinção entre as relações sociais [*rappports*] e *relações sociais* [relations], para uma melhor compreensão de nossos/as leitores/as será necessário manter o itálico e introduzir colchetes [*rapport*] quando se tratar das ligações estruturais da sociedade, em nível macro. Para a outra expressão de relações sociais, manteremos o uso de fonte normal [N.T].

¹³ Michel Arliaud, em um de seus cursos ministrados entre 1990 e 2004, também fez essa distinção, mas ao meu ver, sem colocá-la no centro de seu dispositivo teórico.

¹⁴ O que é necessário *deve* ser. Se algo é necessário, é *impossível* que não seja. Como a distinção em questão não foi estabelecida, toda a estrutura teórica entraria em colapso.

sociais aos quais os indivíduos pertencem. Trabalhar em termos de *relações sociais* [*rappports*] não significa ignorar as relações sociais, mas significa colocá-las no lugar certo. A sociedade está se movendo em termos de *relações sociais* [*rappports*] entre homens e mulheres, mas provavelmente as mudanças são muito mais rápidas em termos de relações sociais. Distinguir os dois conceitos possibilita desconstruir paradoxos como: na situação das mulheres, tudo está mudando (e, de fato, em termos de relações sociais, legais, legislativas, as mudanças são consideráveis há meio século) e nada muda (a *relação social* [*rappport*] de sexo ainda trabalha com a mesma intensidade para lembrar as mulheres disso)¹⁵. Além disso, qualquer mudança é reversível (como é o caso, por exemplo, da legislação sobre o aborto¹⁶), nada está gravado em pedra.

Maneiras de exercer as *relações sociais*. Outro debate necessário seria em torno da noção de **classe social**. De fato, pensar em termos de *relação social* leva a refletir em termos de classe social no sentido weberiano ou marxiano; em todo caso, não propriamente marxista¹⁷ (penso, por exemplo, no “modo de produção doméstico”, de Christine Delphy). Também penso em termos da classe de homens e classe de mulheres. O antagonismo entre essas classes coloca em jogo a divisão social do trabalho, trabalho em sua dimensão antropológica, ou seja, um trabalho definido como produção do viver em sociedade (Hirata; Zarifian, 2000): trabalho assalariado, trabalho doméstico, trabalho profissional, trabalho dos pais, *cuidados*, reprodução (Tabet, 2018).

Mas isso não levaria a postular a homogeneidade interna dessas classes? Segundo alguns pós-estruturalistas, isso significaria naturalizar essas classes (em particular as classes de sexo) e ignorar suas clivagens intrínsecas. Pelo contrário, parece-me que isso permite um raciocínio outro do que em termos de categorias e, portanto, de uma maneira radicalmente não naturalizante. Obviamente sujeito a admitir que uma classe social é algo bem diferente de uma adição de indivíduos concretos. Além disso, as *relações sociais* se imbricando, a classe das mulheres, por definição, não pode ser entendida como homogênea, isenta de qualquer clivagem, e as lutas intra e inter-classes de sexo podem ser apreendidas de modo dinâmico.

Esta questão foi obviamente objeto de profundo debate. Vou me referir em particular ao trabalho de Danielle Juteau (2016), Jules Falquet (2016) e Stevi

¹⁵ Tudo está mudando: contracepção, aborto, famílias mistas, casamento para todos, reprodução assistida, barrigas de aluguel etc. Nada está em movimento: feminicídios, violência doméstica, diferenças salariais, aposentadorias distintas, atribuição ao trabalho doméstico etc.

¹⁶ A autora se refere aos constantes riscos de retrocesso da lei que assegura o aborto legal na França. [N.T.]

¹⁷ Afirmção um tanto simplista em relação a Marx. Refiro-me aqui a Maurice Godelier, no apêndice “Nota sobre os dois usos e os dois significados da palavra ‘classe’ em Marx”, em *L'idéal et le matériel* (1984, p. 319-329).

Jackson (2009). Não repetirei a controvérsia que vê feministas materialistas e pós-estruturalistas em oposição. Para as últimas, a ideia de classe de sexo está completamente ultrapassada (uma posição que é compreensível, dados seus referenciais teóricos). Pelo contrário, parece-me que é muito atual, como testemunha a recepção da obra *Feminismo para os 99%: um manifesto* (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019) ou mais amplamente dos trabalhos de Silvia Federici (2016; 2017; 2019). Para mim, estes colocam o seguinte problema: o não reconhecimento das classes de sexo conduz a, mais uma vez, hierarquizar as *relações sociais* presentes (neste caso, as *relações sociais* de classe e de sexo, aliás, excluindo as relações raciais) ou, mais precisamente, a bem subordinar a *relação social de sexo*, uma vez que, diferentemente da *relação de classes*, ela não é produtora de classes sociais antagônicas. Houve o tempo do patriarcado capitalista com Christine Delphy (1991), agora chegaria o tempo do capitalismo patriarcal (Federici, 2019). Para que a revolução se espalhe, precisamos voltar ao seu “ponto zero”. O editor faz a seguinte apresentação do livro *O capitalismo patriarcal*: “O ponto zero a partir do qual a revolução se espalha é aquele em que novas relações sociais são imaginadas e criadas, desencadeando uma onda que está gradualmente ganhando e derrubando estruturas de dominação. Este ponto zero, sustenta Silvia Federici, está localizado na esfera privada, o local da reprodução social. Escritos entre 1974 e 2012, os textos reunidos nesta coletânea se articulam em torno do conceito de reprodução desenvolvido por uma corrente do feminismo marxista, na qual se insere Silvia Federici. Ponto cego da teoria marxista, o trabalho doméstico não remunerado e essencializado é a parte oculta do iceberg da acumulação capitalista. Daí a demanda pelo salário doméstico...” O raciocínio permanece opaco: por um lado, o neocapitalismo, o grande organizador de todos os sistemas de dominação, e, por outro, uma revolução que partiria do salário doméstico, ou seja, do ponto cego da teoria marxista. Mas isso só funciona para os períodos pré-capitalistas e capitalistas. E o que dizer das outras sociedades e das sociedades anteriores à implementação do trabalho doméstico? Nesse arcabouço teórico, parece-me difícil ignorar as *relações sociais de sexo* como *relações* que estruturam as sociedades humanas, no tempo e no espaço. Mas, então, não seria mais um “ponto cego da teoria marxista” e sim um questionamento da teoria marxista como fator explicativo primário e onipotente. Em suma, parece-me que ao não dar às *relações sociais de sexo* um status equivalente (o que não significa idêntico) às relações sociais de classe leva a teoria da reprodução social a uma aporia. E se o *Feminismo para os 99%* parece superar esse impasse, é porque lida apenas com lutas travadas ou que deverão se travar contra o neocapitalismo. Ora, como vimos, as lutas contra as *relações de dominação* não têm hierarquia: a partir de então, a aporia desaparece, pois a obra diz respeito às práticas sociais e não mais às *relações sociais* enquanto tais.

Além disso, o prefixo *neo* parece indicar a vontade de apresentar a teoria da reprodução social como uma nova ferramenta para combater o capitalismo, transformado desde os anos 80, em *neocapitalismo*. O que não invalida os debates entre feministas, na década de 1970, em torno do salário doméstico. E me parece difícil acreditar que, no período, as lutas em torno do salário doméstico fosse o ponto zero da revolução.

Outro ângulo de discussão seria interessante: o de vincular a teoria da reprodução social ao operariado dos anos 1960 na Itália – Silvia Federici foi assistente de Antonio Negri, enquanto Cinzia Arruzza fez sua tese sob a orientação de Federici – e as teorias políticas que dela emergiram. Penso, em particular, nos conceitos de multidão e império. “Mas se o capital é uma relação entre trabalho morto e trabalho vivo, se o capital assume o controle de tudo, também difunde essa relação, e é por isso que encontramos resistência em todos os lugares, em todas as áreas da vida, porque nenhum espaço escapa à exploração. A própria natureza é tomada inteiramente sob o comando do capital”¹⁸. A filiação ao pensamento de Negri aparece claramente nesta citação.

Esse palimpsesto que é o trabalho de pesquisa

Levei muitos anos para formular a seguinte proposição: *relações sociais [rapport]* exploram, dominam, oprimem, desapropriam. Num primeiro momento, eu simplesmente retomei os termos comumente usados: a exploração caracterizaria a *relação* entre classes sociais (no sentido clássico do termo), a dominação caracterizaria as *relações* entre homens e mulheres. Foi graças ao trabalho coletivo realizado com meus estudantes de doutorado que desconstruímos essa diferenciação simplista e aceitei a proposta de um deles (neste caso, Xavier Dunezat, hoje reconhecido especialista em movimentos sociais): para que se possa falar de *relação social [rapport]*¹⁹, deve haver simultaneamente *exploração*²⁰, *dominação* e *opressão*²¹. Foi apenas na terceira vez que achei necessário acrescentar *apropriação*²², um conceito de Colette Guillaumin (1978). Minha proposta é, portanto, a seguinte: somente quando uma *relação social* combina essas quatro propriedades é que podemos afirmar que é uma relação transversal a e estruturante de toda formação social considerada, uma relação ao mesmo tempo cultural e sistêmica.

¹⁸ A este respeito, consultar a entrevista que Antonio Negri concedeu a Frédéric Brun (s/d).

¹⁹ Ver, em particular, Dunezat (2006), Notem que, no que lhe diz respeito, ele acrescenta a *especialização*.

²⁰ Marx, mas também Delphy (2001), para quem a relação de serviço em benefício dos homens é *uma relação [rapport]* de exploração.

²¹ Consultar Nicole-Claude Mathieu (1991).

²² Apropriação é a provisão ideal do empregador; ela garante de fato a exposição permanente dos corpos ao trabalho a ser realizado, esses corpos que Colette Guillaumin (1978) chama de “máquinas-de-força-de-trabalho”.

“Note-se que, se do lado do pensamento dominante (homens e mulheres), falamos prontamente de dominação (e consentimento), do lado dos movimentos de mulheres, falamos mais de opressão (e cooperação ou mesmo ‘colaboração’).”

“A palavra ‘dominação’ chama a atenção para aspectos relativamente estáticos de: ‘posição acima’, como a montanha que domina; de ‘autoridade’, de ‘maior importância’. Enquanto o termo opressão implica e insiste na ideia de violência exercida, de excesso, de asfixia – o que nada tem de estático... pelo menos até o momento da anestesia, do coma, da morte ou do suicídio.” (Mathieu, 1991).

Exploração se refere a todas as formas de extorsão do trabalho excedente de um grupo social por outro, ou seja, o uso da força de trabalho de um grupo social por outro quando o valor dessa forma de trabalho não é remunerado e/ou não é reconhecido.

A dominação diz respeito a todas as formas de violência simbólica, cujo objetivo é legitimar – ocultando ou essencializando – a existência de uma relação social e da divisão do trabalho que a funda e a constitui como desafio. De fato, as relações sociais são relações de poder e “qualquer relação de poder implica violência contra aqueles que são suas vítimas”, mas “violência nem sempre significa coerção, repressão física” (Riot-Sarcey, 1993, p.15). Em particular, essa violência simbólica visa dar sentido a critérios – geralmente físicos – que por si só nada significam, mas que são transformados e construídos em critérios para si mesmo. Se o real sempre tem uma face ideal, a dominação é aquela parte do ideal que participa da legitimação de uma relação social e de sua divisão do trabalho. A doxa, “isto é, o conjunto de tudo o que é dado como certo” (Bourdieu, 1984, p.83), constitui uma forma fundamental.

A opressão se refere a todas as formas de violência física, cujo objetivo é manter como último recurso e “a todo custo” a existência de uma relação social. Observem que, se toda violência física é também violência simbólica, toda violência simbólica supõe a possibilidade e o exercício de uma violência física. E se as palavras e os discursos podem às vezes ser mais dolorosos do que os golpes físicos, parece fundamental lembrar (...) que os golpes físicos são sempre dolorosos, o que não é necessariamente o caso de todas as palavras e de todos discursos da violência simbólica”. (Dunezat, 2004, p. 119-120).

“A apropriação física nas relações de sexo (...) contém o monopólio da força de trabalho, e é por meio da forma assumida por esse monopólio que podemos compreender que se trata de uma apropriação material do corpo; mas ela se distingue por certo número de características, dentre as quais a essencial, compartilhada com a escravidão, é que não existe nesta relação nenhum tipo de mensuração do monopólio da força de trabalho (...) O corpo é um reservatório de força de trabalho e, enquanto tal, ele é apropriado. Não é a força de trabalho, distinta de seu suporte/produzidor, na medida em que pode ser mensurada em “quantidades” (de tempo, dinheiro, tarefas) que é monopolizada, mas a sua origem: a máquina-de-força-de-trabalho .” (Guillaumin, 1978, p. 9).

²³ É certo que é o produto do trabalho do assalariado que pertence ao capitalista, não o próprio assalariado. O fato é que Marx usa a metáfora do “gado” (arbeitsvieh) para se referir aos operários – em MEW, vol. 25, p. 96-97. Agradeço a Antonio Negri por este esclarecimento. Philippe Zarifian, por sua vez, descreve o mecanismo de apropriação/reapropriação da seguinte forma: “o corpo e o pensamento que o assalariado mobiliza para trabalhar não são inteiramente seu corpo ou seu pensamento (...). O assalariado, quando age, deve recuperar a própria disposição de si, mesmo diante de um corpo e um pensamento estranhos, sempre presentes no menor de seus atos. (...) Esse movimento foi e continua sendo consideravelmente violento” (Zarifian, 2002, p. 71).

Uma definição da *relação social [rapport]*

Então, qual é a definição que proponho? “A *relação social* é (...) uma tensão que atravessa o campo social. (...) Essa *tensão* eleva certos fenômenos sociais a questões em torno das quais se formam *grupos com interesses conflitantes*” (Kergoat, 2000, p. 39). Acrescento a afirmação de Godelier (1984) de que os seres humanos produzem a sociedade para viver, as *relações sociais* servindo como referência e suporte para essa produção²⁴.

Além disso, tanto a *relação de classe* quanto a de sexo são dinâmicas: elas evoluem constantemente tanto na história longa quanto na história curta, simultaneamente dependentes das mudanças sociais (cf. evolução da medicina e seu impacto nas *relações sociais de sexo*) ao mesmo tempo em que contribuem ativamente para o conteúdo e as modalidades dessas mudanças. Uma *relação social* dinâmica significa que é historicizável, é claro, mas também que está na origem de solidariedades e de antagonismos, tanto entre as classes quanto nos grupos inscritos nessas classes, como também intra classes (Juteau, 2016).

As propostas precedentes permitem questionar o mérito das adições oferecidas por determinadas análises e a sua colocação no mesmo nível, teórico e político, de múltiplas discriminações. E fingir que a interseccionalidade é um conceito tão poderoso que poderia ser utilizado indiscriminadamente tanto para a análise como para enriquecer as lutas sociais, ao mesmo tempo em que derrubaria a epistemologia feminista e, mais amplamente, as ciências humanas.

É essa abordagem de pesquisa que discuto. Proponho os conceitos de consubstancialidade e coextensividade, e isso a partir do final da década de 1970. Eu não esperei que o conceito de interseccionalidade fosse criado nos EUA e exportado para a França para fazer um decalque²⁵, pelo contrário, rapidamente expus a necessidade de raciocinar a partir de várias *relações sociais*, não as adicionando (capital/trabalho + *relações sociais do sexo* = superexploração de mulheres trabalhadoras, por exemplo), mas restaurando a historicidade, objetiva e subjetiva, dessas *relações sociais* e, assim, mostrando sua “consubstancialidade” e sua “coextensividade” – dois conceitos criados para designar respectivamente o “entrelaçamento dinâmico de todas as *relações sociais*” e o fato de que eles co-produzem e se reproduzem mutuamente.

²⁴ Porém, meus empréstimos param por aí: não partilho da ideia de que todas as *relações sociais* funcionam como relações econômicas. Para mim, “*relação de produção*” não tem conotação econômica ou ao menos não somente. O termo remete à produção do viver em sociedade.

²⁵ Mais tarde, ao longo de minhas leituras, observei termos que parecem próximos da consubstancialidade. Penso na coalescência de Angela Davis; infelizmente, até onde eu sei, ela não conceituou esse termo. Também estou pensando no campo de força de que Deleuze fala quando analisa o trabalho de Foucault.

Por fim, resta especificar, uma vez que não é óbvio o elo entre a *relação social* (abstrato) e as práticas sociais (concretas). E aqui mobilizo a noção de *desafio*²⁶. Meu uso é algo equivalente ao termo “tensão”, utilizado por Deleuze. Nos dois casos, trata-se de impedir a reificação das *relações sociais*, de ir além da mera dominação, de mostrar que estão se movendo, que nunca se pode congelá-las. Além disso, a *relação social* [*rapport*] está ligada a questões que as relações sociais colocam em jogo. Tomemos o exemplo da dominação masculina: de acordo com os sistemas sociais, ela não opera da mesma maneira, não toca prioritariamente nos mesmos registros: as propriedades formais das *relações sociais de sexo* talvez possam ser consideradas “universais”, mas certamente não suas atividades e modalidades de ação. Trata-se de entender, para cada formação social, sobre o que os dominantes se baseiam para dominar, quais são os canais e os relés dessa dominação, sempre localizados no tempo e no espaço e, indissociavelmente, na qual os dominados fazem as coisas se moverem. A questão dos desafios, portanto, não é ontológica, mas permite a pesquisa fundamentada de um ponto focal para observação e ação. Para mim, é o tipo de modalidade de divisão do trabalho que me parece ser um desafio essencial (mas não único, é claro). Desenvolverei essa ideia mais tarde. Politicamente, o trabalho é central porque é por meio dele que se organiza o exercício do poder em nossa sociedade. É uma poderosa ferramenta de dominação. Entretanto, é também por meio do trabalho que o problema da emancipação pode ser colocado. Como Jean-Marie Vincent disse, o trabalho é uma “atividade paradigmática” (Vincent, 1987).

O desenrolar espiral do trabalho sociológico

Se evoquei o palimpsesto para explicar minha sensação de, ao longo da minha vida, ter escrito, apagado e reescrito novamente sobre os mesmos temas, é a imagem da espiral que me é necessária para pensar a dinâmica desse trabalho e sua *relação* com a “vida real”. Existem (ou deveriam existir) incessantes idas e vindas entre o trabalho de campo e a conceituação. A qual, por sua vez, permite fazer novas perguntas ao material empírico, recompor esse trabalho empírico, o que leva a novas proposições conceituais. Teoria e empirismo se geram em uma espiral sem fim.

Essa imagem da espiral é muito importante para mim. Insistir no antagonismo ou no laço social corresponde a duas posturas de pesquisa, que se tornam contraditórias quando se abandona o plano da observação para passar

²⁶ *Enjeu*, em francês significa o que se pode colocar no jogo, numa aposta, numa competição. Trata-se do risco de perder ou ganhar. Em português esta noção pode ser traduzida por *colocar em jogo, risco, desafio, questão central*. [N.T.]

ao da epistemologia: são as *relações sociais* que pré-configuram a sociedade *versus* é a multidão de interações que, dentro de um universo browniano, cria, pouco a pouco, as normas, as regras que podemos observar em uma determinada sociedade. Interacionismo, funcionalismo... a partir destas últimas perspectivas, com relativa hegemonia nas Ciências Sociais hoje, seríamos levados a discutir, por exemplo, a complementaridade de tarefas e, conseqüentemente, a atribuição prioritária para as mulheres – e com toda “legitimidade” – do trabalho a tempo parcial.

Como podemos ver, a questão desse debate não é apenas de ordem epistemológica. Também é de ordem política. Trata-se de: 1) compreender historicamente como as *relações sociais* se formaram nas instituições e legislações (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil etc.) tendo a função tanto de cristalizar como de legitimar o equilíbrio das *relações de poder* entre os grupos em um dado momento (Scott, 1988); e 2) detectar as novas tensões geradas na sociedade e procurar entender como elas deslocam as questões e, portanto, permitem potencialmente deslegitimar essas regras, normas e representações que apresentam os grupos sociais constituídos em torno dessas questões como grupos “naturais”. Pensar em termos de *relações sociais*, e não em categorias fixas, é colocar o sujeito político de volta ao centro da análise. Em suma, é possível pensar em utopia ao mesmo tempo em que analisamos a desordem do mundo.

Referências

- ARLIAUD, Michel. *Pour une sociologie des rapports sociaux*. Paris: La Dispute, 2009.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Féminisme pour les 99%: un manifeste*. Paris: La Découverte, 2019. [versão brasileira: *Feminismo para os 99% : um manifesto*. São Paulo : Boitempo, 2019.]
- BARRÈRE-MAURISSON, Marie-Agnès *et al.* *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984. [versão brasileira: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée *et al.* *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986]
- BOURDIEU, Pierre. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, 1984. [versão brasileira: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.]
- _____. La sociologia est un sport de combât. In: CARLES, Pierre. *Documentaire*. CP Productions; V.F. Films Productions, França, 146 min. 2001.
- BRUN, Frédéric. Entretien avec Toni Negri. *Multitude: revue politique, artistique, philosophique*. s/d. Disponível em <https://www.multitudes.net/entretien-avec-toni-negri/> Acesso em 03 Set. 2019.

- DELEUZE, Gilles. Les conditions de la question: qu'est-ce que la philosophie? *Chimères. Revue des schizoanalyses*, Paris, n. 8, 1990.
- DELPHY, Christine. *L'ennemi principal: Économie politique du patriarcat*. Tomo 1. Paris: Syllepse, 2001. [versão brasileira reduzida em artigo: O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 17, p. 99-119, 2015.]
- DEVREUX, Anne-Marie. *Les propriétés formelles des rapports sociaux de sexe*. Sociologie. Université Paris 8, 2004.
- _____. De la condition féminine aux rapports sociaux de sexe: repères pour una évolution de la définition sociologique des catégories de sexe. *BIEF – Bulletin d'Information sur les Etudes Féminines*. Université de Provence, n. 16, 1986.
- DUNEZAT, Xavier. Syndicalisme et domination masculine en France: parcours bibliographique féministe. *Recherches féministes*, vol. 19, n.1, p.69-96, 2006.
- _____. *Chômage et action collective – luttes dans la lutte*. mouvements de chômeurs et chômeuses de 1997-1998 en Bretagne et rapports sociaux de sexe. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Versailles-St Quentin en Yvelines, 2004.
- FALQUET, Jules. La combinatoire straight. Race, classe, sexe et économie politique: analyses matérialistes et décoloniales. *Cahiers du Genre*, Paris, n. especial (BIDET-MORDREL, Annie; GALERAND, Elsa; KERGOAT, Danièle – orgs), p. 73-96, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *Le capitalismo patriarcal*. Paris: La Fabrique Éditions, 2019.
- _____. *Caliban et la sorcière*. Femmes, corps et accumulation primitive. Genève: Entremonde, 2017. [versão brasileira: *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.]
- _____. *Point zéro. Propagation de la révolution*. Donnemarie-Dontily: Editions IXE, 2016. [versão brasileira: *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019].
- FREYSSINET, Michel. Le concept de rapport social, comme socle possible et acceptable d'une approche intégrée en sciences sociales. *Colloque International Recherche & Régulation: La théorie de la régulation à l'épreuve des crises*. 10-12 Jun 2015. Paris, França. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01245159/document> . Acesso em 15 de setembro de 2019.
- GAY, Amandine. Préface. In: hooks, bell. *Ne suis-je pas une femme?* Paris: Cambourakis, DL, 2015. [versão brasileira: *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019].

- GODELIER, Maurice. *Le matériel et l'idée: pensée, économies, sociétés*. Paris: Fayard, 1984.
- _____. *La production des grands hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris: Fayard, 1982.
- GUILLAUMIN, Colette. Pratique du pouvoir et idée de Nature. (1) L'appropriation des femmes. *Questions féministes*, Paris, n. 2, p. 5-30, 1978. [versão brasileira: Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica et al. (orgs). *O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialistas – Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS-Corpo, 2014.]
- HALIMI, Serge; RIMBERT, Pierre. Luttés de classes en France. *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.monde-diplomatique.fr/2019/02/HALIMI/59568>. Acesso em 03 Mar. 2019.
- HIRATA, Helena, ZARIFIAN, Philippe. Le concept de travail. In: HIRATA Helena et al. (eds). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000. [versão brasileira: O conceito de trabalho. In: HIRATA, Helena et al. (orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.]
- JACKSON, Stevi. Pourquoi un féminisme matérialiste est (encore) possible – et nécessaire. *Nouvelles Questions Féministes*, Lausanne, vol. 28, n. 3, p. 16-33, 2009.
- JUTEAU, Danielle. Un paradigme féministe matérialiste de l'intersectionnalité. *Cahiers du Genre*, Paris, n. especial (BIDET-MORDREL, Annie; GALERAND, Elsa; KERGOAT, Danièle – orgs), p. 129-149, 2016.
- KERGOAT, Danièle. Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation. In: *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute, 2012.
- _____. Division sexuelle et rapports sociaux de sexe. In: HIRATA Helena et al. (eds). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000. [versão brasileira: Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.]
- LE FEUVRE, Nicky. Penser la dynamique des rapports sociaux de sexe. In: DUNEZAT, Xavier; HEINEN Jacqueline; HIRATA, Helena; Pfefferkorn, Roland (orgs). *Travail et rapports sociaux de sexe: rencontres autour de Danièle Kergoat*. Paris: L'Harmattan, 2010.
- LE RENARD, Amélie. Travail et genre: approches intersectionnelles et postcoloniales. MARUANI, Margaret. (dir.). *Je travaille, donc je suis. Perspectives féministes*. Paris: La Découverte, p. 177-185, 2018.
- MACHEREY, Pierre. Aux sources des rapports sociaux: Bonald, Saint-Simon, Guizot. *Genèses – Sciences sociales et histoire*, n. 9, p. 25-43, 1992.

- MATHIEU, Nicole-Claude. Quand céder n'est pas consentir. In: *L'anatomie politique*. Catégorisations et idéologies du sexe. Paris: Côté-femmes, p. 131-226, 1991. [versão brasileira: *A anatomia política: categorizações e ideologias do sexo*. Salvador: Editora da UFBA, no prelo]
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Le président des ultra-riche*: chronique du mépris de classe dans la politique d'Emmanuel Macron. Paris: Zones/La Découverte, 2019.
- RIOT-SARCEY, Michèle. Notes: sur Femmes, Pouvoirs. *Cahiers du Gedisst*, Paris, n.8, p.73-80, 1993.
- SCOTT, Joan. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. *Les Cahiers du GRIF* "Le Genre de l'histoire", Paris, n. 37-38, p. 125-153, 1988. [versão brasileira: Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995]
- TABET, Paola. *Les doigts coupés* – une anthropologie féministe. Paris: La Dispute, 2018.
- VINCENT, Jean-Marie. *Critique du travail*. Le faire et l'agir. Paris: PUF, 1987.
- ZARIFIAN, Philippe. Marx, la qualification et le rapport social de sexe. *Cahiers du Genre*, Paris, n. 32, p. 63-85, 2002.
- _____. Travail, évènement et rapports sociaux. *Cahiers du Gedisst*, Paris, n.16, 1996.